



São Paulo, 19 de maio de 2021

Ofício Conjunto 15/2021

Exmo. Sr. Secretário Municipal de Educação

Fernando Padula

*Assunto: Negociação SME e Entidades Sindicais*

As entidades representativas dos trabalhadores e trabalhadoras da educação, a saber: **APROFEM** - Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo, **SEDIN** – Sindicato dos Educadores da Infância, **SINDSEP** – Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no município de São Paulo, **SINESP** – Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo e **SINPEEM** – Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal – SP, avaliaram as propostas abaixo, apresentadas no último dia 13/05/21, a saber:

1. construção, de forma participativa, do Protocolo Sanitário (com restrições);
2. promoção da testagem dos educadores e apoiadores (com problemas no tipo de teste adotado, na aplicação e divulgação dos resultados);
3. ajuste dos contratos de limpeza (apresentaram redução em muitas Unidades Educacionais);
4. orientação às escolas para a preparação e adoção desses protocolos (falta considerar as especificidades de cada Unidade Educacional);
5. organização do retorno das escolas em 3 datas diferentes (15/02, 22/02 e 01/03) de acordo com as necessidades de adequações em cada escola;
6. ampliação e liberação de recursos PRTF (Programa de Transferência de Recurso Financeiro), permitindo que compras e adequações fossem realizadas diretamente pelas escolas (existem problemas quanto aos limites e orientações adequadas);
7. ampliação do período de planejamento de 3 para 10 dias sendo que a maior parte foi realizada de forma remota;
8. contratação, em parceria com a SMDET, de 4500 mães para ampliar o cuidado com a implementação dos protocolos sanitários por meio do Programa “POT Mães Guardiãs”(questão não discutida com as entidades);
9. autorização para a realização remota do horário coletivo – JEIF;
10. suspensão do horário noturno;
11. estabelecimento, em parceria com a Secretaria de Saúde, do protocolo de atendimento às escolas baseadas nas UBS de referência, criando sistema de registro e encaminhamento dos estudantes e educadores com sintomas suspeitos (falta de interlocução adequada entre Saúde e Educação);
12. estabelecimento, em conjunto com a COVISA, dos protocolos de afastamento das pessoas que tiveram contato com outras pessoas infectadas, fechamento de salas de aulas, ou fechamento da escola (Não existe padronização na Cidade de São Paulo) ;
13. estabelecimento de acompanhamento diário da situação de pessoas com sintomas e pessoas com o diagnóstico positivo, baseado nas informações da Saúde;
14. instituição do Comitê permanente de acompanhamento do retorno às aulas presenciais, com a participação das Secretarias de Educação e da Saúde (Entidades Sindicais da Educação não foram incluídas no processo);

15. Promoção de nova testagem dos educadores e apoiadores – incluindo no processo de inquérito sorológico feito e acompanhado, em toda a cidade, pela SMS (com problemas no tipo de teste adotado, na aplicação e divulgação dos resultados);
16. Atuação, junto à Secretária da Saúde, na criação de um espaço de debate na Câmara Técnica – quando houve o posicionamento do secretário Edson Aparecido de levar as ideias colocadas para o Comitê de Contingência do Plano SP;
17. decisão pela compra de mais de 1.600.000 máscaras NP95 para distribuição para os Profissionais de Educação;
18. decisão pela compra de mais de 80.000 face shields para Profissionais de Educação;
19. nova ampliação do PTRF (Programa de Transferência de Recurso Financeiro);
20. publicação da Evolução Funcional referente ao período até março de 2020;
21. agilização da disponibilização dos tablets minimizando o esforço das escolas no processo de configuração (existem intercorrências quanto a manutenção e fluxo de entrega dos equipamentos);
22. chamadas de concursos vigentes;
23. compromisso de solicitar autorização para novas chamadas de concurso;
24. compromisso de elaborar a programação de realização de novos concursos;
25. revisão da IN nº 1/21 – designação da Supervisão Escolar.

Relativamente aos compromissos assumidos por SME, mediante a proposição de encerramento da greve, o Fórum das Entidades Sindicais tem a ponderar sobre:

- Elaboração de instrução Normativa para regulamentar o trabalho remoto, ainda no período de pandemia;
- Criação de grupos para análise do ensino fundamental por meio dos ciclos de aprendizagem e revisão do calendário escolar, com a participação de todas as entidades sindicais;
- Agilização e organização do processo da entrega dos notebooks para os professores,
- Regulamentação da lei 17.347 – política de saúde do servidor e política de saúde do aluno;
- Reunião com o Secretário de Educação e o Secretário da Saúde para em conjunto, organizarmos as reivindicações a serem encaminhadas ao comitê de contingência do Plano SP;
- Equipamentos de Proteção Individual adequados e testes que possibilitem maior celeridade na verificação dos resultados
- Sanitização da escola que apresentar caso de COVID, antes das pessoas retornarem à escola;
- Analisar para possíveis revisões os protocolos de fechamento da Unidade Educacional considerando suas especificidades;
- Grupo de estudo proposto para apreciar proposta de revezamento entre profissionais vacinados e não vacinados, de forma a minimizar riscos;
- Manter processo de reformas e repasse via PTRF para as adaptações necessárias às Unidades Escolares.

Os itens propostos por SME precisam ser debatidos na Mesa Setorial com o conjunto das Entidades Sindicais, por não expressarem a concordância, no seu conjunto, com a categoria. O debate precisa ser realizado, considerando o impacto que as presentes medidas propostas trarão sobre a RME.

 APROFEM SEDIN  
SINDICATO DOS EDUCADORES DA INFÂNCIA SINDSEP® SINESP SINPEEM  
SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM  
EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL-SP

**Diante disso pontuamos que:**

- As ações desenvolvidas até o momento contribuem para a preservação da vida dos trabalhadores, mas não são suficientes para garantir isso;
- Entendemos como bem vindas as propostas apresentadas pela secretaria, em consonância com o pleito do Fórum;
- O pagamento dos dias parados, mediante reposição dos dias não trabalhados e o cronograma vacinal dos Profissionais de Educação são fundamentais para estabelecer o diálogo com os Profissionais de Educação para a suspensão da greve;
- Reafirmamos a necessidade de reunião presencial com SME.

Sendo o que se apresenta para o momento, e no aguardo de resposta urgente e positiva quanto ao pleito apresentado, subscrevemo-nos,

**APROFEM-** Ismael Nery Palhares Junior

**SEDIN-** Claudete Alves

**SINDSEP-** Sérgio Ricardo Antiqueira

**SINESP-** Luiz Carlos Ghilardi

**SINPEEM** – Claudio Fonseca